

## La búsqueda permanente del horizonte: la historia de la AGB-BH

### The permanent searching for the horizon: AGB-BH history

William Rosa ALVES<sup>2</sup>

A presença da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de Belo Horizonte – AGB-BH – na metrópole sediada pela capital mineira, bem como os contatos com outras searas que compõem a AGB como um todo, merece uma apresentação das motivações, convicções, perspectivas e mesmo o modo, ou seja, as práticas que por aí se envolveram nas lutas requeridas e para os desafios a estes apresentados. Este depoimento pessoal é uma tentativa de contribuição, que só se inicia, à história da AGB-BH.

Os primórdios da AGB-BH encontram-se no contexto rico e complexo da “Renovação” da Geografia – inserida na luta educacional – no final dos anos de 1980. Um primeiro traço a destacar daquele momento toca nos conflitos e disputas por concepções e práticas na universidade, que viveu intenso debate sobre a necessidade de mudanças a fim de contribuir para o avanço na resolução dos anseios cultivados pela maioria da sociedade brasileira. E foi no próprio Instituto de Geociências – IGC – da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG que aconteceu a primeira reunião efetiva “para rearticulação da AGB”, em maio de 1988, com nossa primeira participação.<sup>3</sup> O grupo de pessoas vinculadas à Geografia como docentes dos então 1º e 2º. Graus, ativistas na União dos Trabalhadores do Ensino – UTE –, no ânimo dos Núcleos Pedagógico-Sindicais viram naquele ano os colegas de Língua Portuguesa realizarem o 1º. Encontro Mineiro de Professores daquela área. Logo em seguida, a Geografia foi tornada objeto de reflexão para intervenção política do movimento docente da educação básica, em razão de acúmulos intelectuais e políticos provocados na e pela eclosão da luta social contra a ditadura militar (1964-1984) e sua inserção na chamada “abertura política”, que desde 1978-1979, respectivamente, mudaram a relação sociedade-Estado no Brasil.

Tal inserção primordial da Geografia na escola de 1º. e 2º. Graus, com iniciativas em várias escolas, em especial as das redes oficiais de ensino, como da Estadual de Minas Gerais e a Municipal de Belo Horizonte, ganhou corpo via organização por duas entidades organizativas dos professores das redes públicas: a UTE e a Associação dos Professores Públicos – APP-MG. E foi

<sup>1</sup> Diretor AGB-BH no período 1996-1998.

<sup>2</sup> Para este depoimento pessoal, agradeço a colaboração escrita e verbal, e, principalmente, pelo zelo à história da AGB como um todo – pois sem ele este e outros registros para o entendimento da história da AGB não seriam possíveis: a Adriana Angélica Ferreira, Ana Corcini Pena, Ana Maria Simões Coelho, Antônio Márcio Ferreira de Moura, Fernando de Oliveira Mendonça, Idárci Esteves Lasmar, Luci Imaculada de Oliveira Alves, Magda Braga de Souza Marinho, Márcia Maria Spyer de Resende, Maria da Conceição Lemos, Maria Luísa Pestana Thomasi, Míriam Rezende Bueno, Mirian Figueiredo Reis Velloso, Rita Elizabeth Durso Pereira da Silva, Rosalina Batista Braga e Sérgio Martins. Fundamentais também foram as consultas ao *AGB Notícias*, o informativo periódico da AGB-BH. Este teve seu nome alterado para *AGBNotícias* a partir do número 11 [1º. sem. 1994].

<sup>3</sup> Reunião que se encontra com duas datas de registro: 27/5/88 na letra similar a do cabeçalho, porém, há uma inscrição da data de 21/5/88 em outra letra e seguida de um ponto de interrogação. Na lista de presença nesta mesma folha, constam 45 nomes, quase todos de professores e estudantes da UFMG. Havia alguns professores das redes públicas de ensino atuantes em Belo Horizonte. Próximo a ela na pasta intitulada “Rascunho das atas das reuniões AGB – Seção BH”, encontra-se outra folha com indicações de nomes e locais – provavelmente para contatos – datada de 21/ /88 (sem a indicação do mês).

na sede desta, em Belo Horizonte, que para 18 de abril de 1989 foi convocada uma assembléia de professores de Geografia, "geógrafos técnicos" e estudantes de Geografia que elegeram uma "diretoria provisória".<sup>4</sup> Dentre os vicejos pedagógicos da época – mesmo que dispersos e por vezes conflituosos – predominam a contraposição à chamada "Escola Tradicional", e assim implicaram em várias reflexões e até em mudanças práticas no modo do ensino das disciplinas, inclusive da Geografia. Desenvolveu-se assim uma educação gradativamente questionada e uma geografia cada vez mais exposta às críticas em eventos da AGB, que para tanto organiza elevados momentos. Assim, com a participação da AGB-BH, organizou-se o I Encontro Estadual de Professores de Geografia (de Minas Gerais), realizado de 25 a 29 de setembro de 1989 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que contou com cerca de 300 inscritos.<sup>5</sup> O evento "implantou o Núcleo (Permanente) de Professores de Geografia com assessoria da AGB"<sup>6</sup> – com a presença de sócios da Seção Local de São Paulo que se radicavam em Belo Horizonte. Foi fundada então a "Pró-Seção Local AGB – Belo Horizonte" – com algumas proposições reveladoras do contexto de renovação da educação em Minas Gerais, quais sejam: a integração entre as dimensões sindical e pedagógica na ação e na organização dos professores, entendida a luta pela democratização da escola pública (defesa e empenho por eleições diretas para a direção das escolas, pela democratização da elaboração e da implementação da proposta curricular da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e pelo avanço teórico-metodológico a fim de desenvolver princípios modos de ensinar mais "conscientes" e compromissados com os filhos dos trabalhadores, maioria dos estudantes da escola pública, como a interdisciplinaridade e a consideração sobre as particularidades locais dos espaços habitados pelos mesmos). Observando o documento resultante do evento, percebe-se que o foco temático de inspiração e perspectiva da intervenção era notadamente o ambiental, com incursões na questão da ação do Estado e outros agentes da produção do espaço – sobretudo as empresas – em Minas Gerais.<sup>7</sup> No transcurso da Pró-Seção para a Seção Local de Belo Horizonte no início de 1990, iniciou-se a organização de uma Comissão de Meio ambiente da AGB-BH. Outrossim, o Núcleo de Professores de Geografia organizou em 19 de maio de 1990 o 1º Seminário de Educação Ambiental – vinculado ao Projeto Cultural Meio Ambiente da própria UTE – com o apoio da AGB-BH.<sup>8</sup> Tal temática foi tornada eixo central da atuação da entidade que se firmava, a ponto de compor o "Guia do Meio ambiente" de Minas Gerais, que informava "telefones e endereços das entidades civis e governamentais de Minas Gerais para você ajudar na preservação do nosso Meio Ambiente". Na perspectiva da construção da I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – mais conhecida como "Rio 92" –, a sociedade civil em Belo Horizonte chegou à Câmara Municipal e a AGB participou do empenho em superar-se a questão ambiental como "setor" da atuação das frações da sociedade civil e do Estado. Nota-se então a participação, a partir de 1992, da entidade no conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte – COMMAM – em representação compartilhada com outras entidades que congregam profissionais que lidam com a chamada "questão ambiental".<sup>9</sup>

<sup>4</sup> *Notícias*. Belo Horizonte, n. 1, dez. 1989, p.1. (Boletim da AGB-BH)

<sup>5</sup> Uma avaliação do conclave pela diretoria provisória da AGB-BH se encontra no Boletim *Notícias* n. 1, de dez. de 1989, p.1.

<sup>6</sup> *Espaço pedagógico-cultural* (Publicação do SIND-UTE), Belo Horizonte, n. 1, jul. 1991, tablóide 1 folha impressa na frente e no verso. Maria da Conceição Lemos, uma das fundadoras da AGB-BH, lembra-nos que ela própria ficou designada pela Superintendência de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para atuar no sindicato que se formava como alguém da Geografia na construção do Núcleo Pedagógico Cultural do SIND-UTE. Assim, "Conceição" ficou à disposição do sindicato por um ano após o Congresso de fundação do mesmo. Como tal "liberação" ocorreu para outras áreas disciplinares do conhecimento científico na escola, além da AGB-BH, a Seção Minas Gerais da Associação Nacional de Professores de História – ANPUH-MG – também se beneficiou de tal expediente.

<sup>7</sup> O referido documento consiste de uma "Apresentação" e do "Documento Síntese da Plenária do I Encontro de Professores de Geografia".

<sup>8</sup> Segundo Maria da Conceição Lemos, os cartazes da divulgação do I Seminário foram afixados no espaço interno dos ônibus metropolitanos, o que denota algum reconhecimento por parte dos órgãos oficiais.

<sup>9</sup> Lembra-se que destas, somente a AGB, como associação técnico-científico-cultural, congrega também estudantes ou quaisquer interessados na Geografia.

Nessa perspectiva de ampliação das referências geográficas para a intervenção mais qualitativa na metrópole, a partir dos contatos parlamentares e identitários da sociedade civil a AGB-BH participou da construção do Fórum Pró-Participação Popular no Plano Diretor de Belo Horizonte.<sup>10</sup> Tal aglutinação da sociedade civil foi decisiva para a rejeição do projeto de Lei do Plano Diretor, cuja elaboração foi coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento<sup>11</sup>. O mesmo só foi aprovado em 1995. Para uma escala mais ampla, nossa participação nos Fóruns Nacionais da Reforma Urbana – alguns deles ocorridos em Belo Horizonte – implicou na defesa de nosso nome, por parte da Seção Local, para Coordenador da Comissão Nacional de Assuntos Urbanos e Regionais da AGB na gestão 1992-1994.

Ao considerar o movimento escalar inverso – e complementar – da construção da AGB-BH, observa-se que em meio ao ativismo de alguns militantes, dois órgãos contribuíram para o alcance “regional”<sup>12</sup> da AGB-BH: os boletins informativos (*Notícias e AGBNotícias*) e os Encontros Estaduais de Geografia de Minas Gerais. O I foi Estadual de Professores de Geografia<sup>13</sup> “Fruto do trabalho social ou local de dominação” II “O ensino de Geografia e os desafios atuais” III “As transformações no trabalho e no espaço e a Geografia Mineira” IV “A prática na geografia e a geografia na prática”.

O contato com membros da AGB em diversos estados e o recebimento de informações quanto às Reuniões de Gestão Coletiva (RGC), iniciado em 1988, animou os geógrafos radicados em Belo Horizonte a se envolverem nas RGC e nos eventos nacionais da AGB – neste caso, a partir do VIII Encontro Nacional de Geógrafos em Salvador (julho de 1990). Desenvolveu-se então a prática de eventos preparatórios para os conclaves – quase sempre seminários –, bem como avaliações dos eventos, em reuniões próprias e/ou no boletim *Notícias*. Desse modo, participamos da Comissão Organizadora do II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – mais conhecido como “Fala Professor!” em São Paulo, em julho de 1991 pela AGB-BH. Desde então, dentre os eventos nacionais, apenas o III Fala Professor (Presidente Prudente, em julho de 1995) e o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (até o presente momento, pois acontecerá em julho de 2004) não tiveram nossa participação como membro da organização.

Uma questão merece realce para os propósitos deste depoimento, que se refere à contradição entre a positividade de propiciar a participação de geógrafos em eventos nacionais, ampliando sua percepção e entendimento da Geografia concebida e praticada no Brasil, com sua diversidade de temas, questões, vínculos institucionais, perfil dos atuantes etc., e as dificuldades em promover atividades e manter a aglutinação de sócios, considerando os que não foram aos eventos.<sup>14</sup> A AGB-BH já apresentara em julho de 1991 (na RGC de São Paulo, “pré”-II *Fala Professor!*) seus incômodos quanto ao crescimento da quantidade de encontristas sem o adensamento da qualidade da participação. Os conclaves vinham se tornando massivos no sentido de uma relação de consumo, como uma “feira” de produtos a serem consumidos sem preocupações quanto ao projeto – ou a ausência dele – embutido em cada elaboração que compareceu ao evento, na forma dos trabalhos apresentados e, sobretudo, entre aqueles que foram convidados a serem guarnecidos pelo dinheiro público – em razão dos financiamentos pelas agências oficiais. Na primeira reunião da Seção Local após o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos (Curitiba, julho de 1994), uma sócia afirmou que “temos colaborado e participado de eventos nacionais, mas estamos desorganizados”.

<sup>10</sup> Que ainda em 1990 foi renomeado Fórum Permanente da Reforma Urbana de Belo Horizonte

<sup>11</sup> *Notícias*. Belo Horizonte, n. 7, abril de 1991, p.1.

<sup>12</sup> Em razão da existência de mais quatro seções locais da AGB em Minas Gerais, quais sejam Juiz de Fora e Montes Claros, estas com atividades intermitentes, e Uberaba e Uberlândia com atuação mais estável, a AGB-BH tem tido um alcance de grande magnitude, mas incompleto no âmbito do território de Minas Gerais. Por vezes, há sócios residentes nos municípios-sede de outra Seção Local, mas a posição histórica da AGB-BH quanto à territorialidade da AGB, tal como registrada em atas das Reuniões de gestão implica em contatar os diretores de tais Seções Locais. Há também vários casos de sócios residentes a mais de 500km de Belo Horizonte, sede e foro da AGB-BH, sobretudo nos contextos de inexistência de Seções Locais próximas.

<sup>13</sup> Sendo que o I foi “Estadual de Professores de Geografia”.

<sup>14</sup> Por questões materiais ou devidos às suas convicções intelectuais e políticas

Outra questão em que sempre participamos – quando postos em pauta – foi a dos estatutos, que longe de se restringir às formalidades burocráticas, se refere à dimensão política da organização dos geógrafos. Neste sentido, a Seção Local desenvolveu uma posição já para a perspectiva da reforma estatutária no IX ENG (Presidente Prudente, julho de 1992), em que defendeu o caráter presencial do envolvimento dos sócios, o que implica numa territorialidade fortemente localizada, ou seja, os dirigentes deveriam evitar e coibir as iniciativas de arregimentação de sócios cuja distância entre a residência e os locais de realização das atividades da seção local dificultasse a presença de qualquer membro, sobretudo nas assembleias da Seção Local. Portanto, a AGB-BH argumentou por manter a interpretação do Estatuto no espírito da “Renovação” expressa em 1978, questionando o oficialismo das antigas Seções Regionais em prol de uma espacialidade e uma territorialidade mais próxima da dinâmica concreta da sociedade brasileira, com a escala e alcance dos movimentos populares, sindicais e de outros matizes que se insurgiram a partir do final dos anos de 1970. Tal empenho expressa uma consciência das dificuldades práticas em relação aos próprios procedimentos administrativos mínimos à existência da entidade, como por exemplo a manutenção de uma secretaria que estabilize a informação e a interlocução com o sócio para que este se anime em participar da entidade.

Visto que a AGB-BH foi fundada no bojo do movimento de “Renovação” – da Geografia, do Ensino de Geografia e da Educação Brasileira como um todo –, permaneceram os questionamentos à Educação Brasileira tal como instituída pelos governos, vividas no nosso caso, como professor da RME/PBH em um momento de construção e mudança dos princípios político-pedagógicos – com as várias propostas de “renovação curricular” do Estado e dos municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem na Educação Básica, assim como as praticadas pelas instituições ofertantes do ensino desta disciplina no 3º. Grau. Neste caso, com a inserção de vários ativistas da AGB-BH como professores de Geografia nestas instituições, as questões atinentes à educação foram suscitadas de forma mais íntegra e completa na AGB-BH com o acréscimo do 3º. Grau como conteúdo de debate, tendo sido organizados vários eventos de apresentação de pesquisas, de debates ou com apresentação de trabalho por vários sócios, nominados “Comunicações”. À época, também a participação nas discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB – significou a inserção efetiva da AGB-BH na questão educacional para além da escala municipal e estadual e mais amplamente do que as intervenções específicas sobre o conteúdo da Geografia na escola. Na seqüência, divulgou e debateu os conteúdos do I Congresso Nacional de Educação (CONEd), fato que significou uma inserção na fração da sociedade civil vinculada diretamente à “questão educacional”.<sup>15</sup> Prosseguimos tal jornada como coordenadores da Comissão de Ensino da AGB-BH, e assim interlocutores da Comissão Nacional de Ensino da AGB, quando da presença de uma das sócias da Seção Local como Coordenadora Nacional de ensino da AGB na gestão 2000-2002. Desenvolveram-se então estudos e debates sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, documento com significativa força política nas definições sobre a Educação Básica no Brasil nos diversos níveis – Elementar, Fundamental e Médio – e modalidades – Educação Especial, de Jovens e Adultos, Indígena, etc. Assim, a AGB levou alguma contribuição da Seção Local para a presença em uma audiência pública do Conselho Nacional de Educação sobre a Campanha Nacional da Educação Básica, em que o referido documento curricular teria definição e encaminhamento como força de resolução legal a influir nos rumos da educação brasileira, bem como em outra sobre as diretrizes curriculares definidoras das licenciaturas – cursos de formação de professores das disciplinas da Educação Básica. No que tange o ensino de 3º. Grau, o evento mais significativo da AGB-BH foi o Seminário “A formação geográfica nos diferentes níveis de ensino: para onde vai a Geografia?”, de 31 de maio a 2 de junho de 1999.

---

<sup>15</sup> Organizados por dezenas de entidades nacionais, regionais e municipais lideradas pelo Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, os CONEd alcançaram a construção do “Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira” (PNE), que disputou os encaminhamentos e rumos da política educacional brasileira com o PNE governamental – este como consequência direta da LDB de 1996. A AGB-BH participou do processo coletando assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular do PNE da sociedade civil, construído nos CONEd.

Um balanço mais atento do período recente observa que a graduação em Geografia cresce intensamente a partir de meados da década de 1990, constituindo uma geração que adentra o 3º. Grau – em sua maioria em instituições particulares, algumas propriamente privadas, pois que totalmente mercantis – e por vezes busca se organizar como estudante em agremiações e eventos. Tiveram a presença da AGB-BH os ocorridos nas Faculdades Integradas Newton Paiva em Belo Horizonte e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas<sup>16</sup>, em 1998, a própria “Semana de Geografia” em várias instituições situadas na Grande BH, em 1999, assim como os dos campi de Barbacena e de Ubá da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em maio de 2003. Em novembro de 2003 foi a vez da Fundação Educacional de Divinópolis (FUNED), unidade da UEMG naquela cidade. Outros ativistas da AGB-BH se envolveram ainda com as “comunidades” da Universidade Federal de Viçosa (UFV), naquela cidade, e enfim a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte (PUCMinas). Tais presenças demonstram, de um lado, um reconhecimento da importância da AGB e uma perspectiva de ampliação do acesso das contribuições na e da Geografia para além dos muros institucionais de cada curso de Graduação. Tem-se hoje a AGB como tema de debate e projeção para envolvimento intelectual ao lado de questionamentos da ordem

Desde a participação no Fórum Permanente pela Reforma Urbana de Belo Horizonte à organização dos debates sobre “Urbanização e Violência” em 2002 e 2003,<sup>17</sup> também a “questão urbana” compareceu irregularmente na pauta da AGB-BH. Se o envolvimento na sociedade civil organizada propiciou, no início dos anos de 1990, algum protagonismo na definição geral da política urbana em Belo Horizonte – a exemplo do processo que passou da rejeição à mudança e aprovação do Plano Diretor de Belo Horizonte –, por vezes foi fundindo com a “questão ambiental” e/ou a “questão educacional” que as atividades da entidade exararam contribuições dos geógrafos.

A ampliação da escala dos fenômenos de privilegiada visada geográfica em Belo Horizonte chamou os geógrafos a fóruns e movimentos de debate e intervenção cada vez mais amplos. A participação no Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial – FSM – a partir de outubro de 2000, bem como a conseqüente presença de geógrafos em todas as versões do evento em Porto Alegre – até a terceira, respectivamente nos anos 2001, 2002 e 2003 – indica que a AGB-BH vislumbra uma atenção dos suas(seus) sócios à escala mundial.

Terminamos este momento da elaboração sobre a história da AGB-BH oferecendo a continuidade do empenho em ampliar o conhecimento de uma trajetória que nos parece mui significativa para os 70 anos da AGB, apesar da recente inserção da Seção Local em foco. Que a construção permanente de um horizonte cada mais emancipatório se renove a cada participação nas instâncias e fóruns da entidade, bem como no diálogo com as frações da sociedade civil brasileira, dignos de tal cumplicidade.

---

<sup>16</sup> Ambas as instituições sofreram mudanças significativas no ano 2000. A localizada em Belo Horizonte passou a denominar-se “Centro Universitário Newton Paiva”, ou mais abreviadamente “Unicentro Newton Paiva”, e a de Sete Lagoas, a partir de 2000, instituiu-se como “Fundação Educacional Monsenhor Messias”.

<sup>17</sup> O primeiro, organizado na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 19 de novembro de 2002 e, com o apoio de um mandato parlamentar municipal, tratou do tema “Diálogo entre geografia, a literatura e o cinema a propósito do livro e do filme *cidade de Deus*”. O segundo ocorreu como oficina no I Fórum Social Brasileiro, intitulada “Violência e escola, escola e violência”, em 7 de novembro de 2003 e em parceria com o Núcleo de Psicanálise e Práticas Institucionais de Belo Horizonte.